

CONSELHO ADMINISTRATIVO – GESTÃO 2017-2021

ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE 18/11/2020

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniram-se, em segunda convocação, em canal virtual, os membros do Conselho Administrativo do IPREF (Gestão 2017-2020) para Assembleia Ordinária. Estavam presentes **(I) dentre os indicados pelo Executivo Municipal** os conselheiros **titulares** Daniela Brito Gomes Reis (PMG), José André de Moraes Filho (PMG), Marcio Rodolfo de Oliveira Alves (PMG), Marilene Aparecida Cadina (PMG), Patricia Paulino do Carmo (PMG), Paula Kobayashi Inoue. **(II) dentre os servidores eleitos**, os conselheiros **titulares** Dicson Barbosa Galipi substituindo a Conselheira Claudia Regina Carapeta (IPREF), Juliano Lino Machado (CMG), Henrique Lameirão Cintra (PMG), Luiz Carlos da Rocha Gonçalves (Inativos), Milton Augusto Diotti José (PMG), e Ricardo Beires, substituindo o Conselheiro Wonderson Moreno (PMG). Dentre os **suplentes**, presentes as Conselheiras Andreia Aparecida Ciscoto Bitencourt (IPREF) e Claudia Maria de Oliveira (PMG). Presente a Presidente do IPREF Alessandra dos Santos Milagre Semensato, o Contador Autárquico Cristiano Augusto de Oliveira Leão e a servidora Verônica Soares Geraldi do Comitê de Investimentos. O Sr. Milton dando início, faz a leitura da pauta, e solicita a inclusão do seguinte item: Política de Investimentos de 2021 – Apresentação e Deliberação. Informa que há prazo para apreciação e encaminhamento a Secretaria de Previdência. Colocado em votação é aprovada a inclusão. Diante disto o item foi incluído como número 4, renumerando-se os demais. **Item 1 - Aprovação da ata de 21/10/2020:** Não havendo considerações, pergunta aos presentes se há manifestações. Não havendo coloca em votação. A ata é aprovada por unanimidade. **Item 2: Apresentação e Deliberação do Balancete do mês de agosto de dois mil e vinte. Sr. Milton:** passa a palavrado Sr. Cristiano – Contador Autárquico. **Sr. Cristiano:** Iniciamos pela Saúde. Total arrecadado de R\$ 1.853.629,30 (um milhão oitocentos e cinquenta e três mil seiscentos e vinte e nove reais e trinta centavos), total acumulado no ano de R\$ 12.844.047,16 (doze milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quarenta e sete reais e dezesseis centavos). Pagamentos efetuados no mês de R\$ 1.635.490,45 (um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta e cinco centavos). Total de pagamentos realizados no ano de R\$ 10.878.980,23 (dez milhões, oitocentos e setenta e oito mil, novecentos e oitenta reais e vinte e três centavos). Valores não repassados pelos entes de R\$ 5.824.430,74 (cinco milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta reais e setenta e quatro centavos). Disponibilidade Financeira negativa de R\$ 2.560.934,04 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil, novecentos e trinta e quatro reais e quatro centavos). Disponibilidade orçamentária de R\$ 2.708.386,72 (dois milhões, setecentos e oito mil, trezentos e oitenta e seis reais e setenta e dois centavos). No RPPS, total arrecadado no mês de R\$ 28.043.829,75 (vinte e oito milhões, quarenta e três mil, oitocentos e vinte nove reais e setenta e cinco centavos). Total acumulado no ano de R\$

290.741.443,79 (duzentos e noventa milhões, setecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e quarenta e três reais e setenta e nove centavos). Total de pagamentos efetuados de R\$ 16.005.472,37 (dezesseis milhões, cinco mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e sete centavos). Pagamentos acumulados de R\$ 125.957.783,98 (cento e vinte e cinco milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, setecentos e oitenta e três reais e noventa e oito centavos). Disponibilidade Financeira do Plano Financeiro de R\$ 3.783.336,73 (três milhões, setecentos e oitenta e três mil, trezentos e trinta e seis reais e setenta e três centavos), disponibilidade Financeira do Plano Capitalizado de R\$ 353.408.645,02 (trezentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e dois centavos). Disponibilidade financeira da taxa de administração de R\$ 12.125.198,69 (doze milhões, cento e vinte e cinco mil, cento e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos). Disponibilidade Orçamentária do Plano Capitalizado de R\$ 794.714,48 (setecentos e noventa e quatro mil, setecentos e catorze reais e quarenta e oito centavos). Disponibilidade Orçamentária do Plano Financeiro de R\$ 68.411.456,73 (sessenta e oito milhões, quatrocentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e três centavos). **Sr. Milton:** concluída a apresentação indaga se há alguma dúvida ou questionamento. **Sr. Juliano:** na Saúde, em relação ao valor devido pelos entes e que ultrapassam o valor de mais de cinco milhões de reais, o que esta sendo feito alguma tentativa para solucionar e resolver este débito. **Sra. Alessandra:** estamos realizando reuniões com a Secretaria da Fazenda para viabilizar um grupo de trabalho como uma forma de regularizar esse passivo da Prefeitura. Estamos avançando mas ainda não há um conclusão. **Sr. Milton:** entendo a preocupação do Conselheiro. Existe esta preocupação e houveram tratativas desde o início do ano, o que tem atrasado é justamente o período que estamos atravessando com a Pandemia e de ordem geral. Apesar de sermos afetados pela Pandemia, até o momento não houve prejuízo no atendimento dos segurados do IPREF-Saúde. Nada mais foi perguntado. Realizada a leitura do Parecer do Conselho Fiscal, que aprova sem ressalvas o balancete do mês de **agosto**. Colocado em votação é aprovado por unanimidade. **Item 3: Apreciação e deliberação do balancete do mês de setembro de dois mil e vinte.** **Milton:** passa a palavra ao Sr. Cristiano – Contador Autárquico para apresentação. **Sr. Cristiano:** Iniciando pela Saúde. Total Arrecado no mês de R\$ 2.056.467,17 (dois milhões, cinquenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e dezessete centavos). Total acumulado no ano de R\$ 14.900.515,03 (catorze milhões, novecentos mil, quinhentos e quinze reais e três centavos). Pagamentos efetuados de R\$ 1.693.268,10 (um milhão, seiscentos e noventa e três mil, duzentos e sessenta e oito reais e dez centavos). Total de pagamentos efetuados no ano de R\$ 12.572.248,33 (doze milhões, quinhentos e setenta e dois mil, duzentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos). Total de recursos não repassados pelos entes de R\$ 5.889.664,37 (cinco milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos). Disponibilidade Financeira negativa de R\$ 2.718.290,37 (dois milhões,

setecentos e dezoito mil, duzentos e noventa reais e trinta e sete centavos). Disponibilidade orçamentária de R\$ 2.409.636,56 (dois milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos). No RPPS: total arrecadado no mês de R\$ 27.550.533,40 (vinte e sete milhões, quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e trinta e três reais e quarenta centavos). Total acumulado no ano de R\$ 318.291.977,19 (trezentos e dezoito milhões, duzentos e noventa e um mil, novecentos e setenta e sete reais e dezenove centavos). Total de pagamentos realizados no mês de R\$ 15.793.356,08 (quinze milhões, setecentos e noventa e três mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oito centavos). Total de pagamentos acumulados de R\$ 141.751.140,06 (cento e quarenta e um milhões, setecentos e cinquenta e um mil, cento e quarenta reais e seis centavos). Disponibilidade Financeira do Plano Financeiro de R\$ 3.491.898,87 (três milhões, quatrocentos e noventa e um mil, oitocentos e noventa e oito reais e oitenta e sete centavos). Disponibilidade Financeira do Plano Capitalizado de R\$ 358.707.066,27 (trezentos e cinquenta e oito milhões, setecentos e sete mil, sessenta e seis reais e vinte e sete centavos). Disponibilidade financeira da taxa de administração de R\$ 12.596.641,37 (doze milhões, quinhentos e noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais e trinta e sete centavos). Disponibilidade Orçamentaria do Plano Capitalizado de R\$ 640.538,46 (seiscentos e quarenta mil, quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos). Disponibilidade orçamentária do Plano Financeiro de R\$ 52.634.655,30 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos). **Sr. Milton:** realizada a apresentação, há alguma dúvida ou questionamento. **Sr. André:** na receita da Assistência a Saúde verifica-se que o total arrecadado até o hoje está em torno de catorze milhões, muito menor que a previsão para o ano que é de trinta e quatro milhões. Faltando três meses para o final do ano isso trás algum prejuízo ao Instituto ou aos segurados? **Sr. Cristiano:** a arrecadação conta com a arrecadação própria dos segurados e aportes. A previsão do aporte ela era de vinte e quatro milhões e como não houve a necessidade orçamentária desses aportes, os mesmos não foram solicitados os valores, por isso que não vai haver nenhum prejuízo no sistema de saúde. A previsão foi feita em cima de valores históricos e devido a Pandemia foi melhor do que se esperava. **Sr. Juliano:** não deveria promover um correção no exercício e tornar a projeção mais próxima do que de fato está usando. Cria uma distorção, está prevendo quinze milhões e está gastando cinco milhões? **Sr. Cristiano:** Normalmente se ajusta a previsão de despesa, algumas correções no que está previsto e o realizado, não se faz necessário ajuste com a receita. O orçamento tem que ter equilíbrio. Se eu forçar e reduzir esta previsão do aporte é que eu teria que diminuir a minha previsão de despesa. Vai descasar muito e eu posso ter uma necessidade de final de ano de algumas cirurgias na parte da saúde e já não ter mais esse orçamento disponível. **Sra. Alessandra:** as despesas, em virtude da Pandemia, diminuíram devido a não realização de cirurgias eletivas de março a outubro. Temos a previsão de um acúmulo de cirurgias eletivas para o final do ano, além de exames e outros procedimentos.

Sr. Milton: realiza a leitura do Parecer do Conselho Fiscal que aprova o balancete de setembro sem ressalvas. Colocado em votação é aprovado por unanimidade. **Item 5: Apresentação e deliberação da Política de Investimentos para o ano de dois mil e vinte e um.** **Sr. Milton:** Passa a palavra para a Sra. Veronica para apresentação. **Verônica:** A Política de Investimentos é uma obrigação imposta pela Secretaria de Previdência. Ela é desenvolvida pelo comitê de investimentos junto com a consultoria de investimentos contratada pelo Instituto e deve ser aprovada pelo Conselho Administrativo do RPPS. O Prazo para enviar a Política à Secretaria de Previdência é trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, e a sua vigência é doze meses a contar de um de janeiro de dois mil e vinte e um. Demonstração dos integrantes do comitê de investimentos. Demonstração dos percentuais de alocação dos recursos financeiros. Demonstração da aderência da meta atuarial atual e dos últimos três anos. A meta atuarial para dois mil e vinte e um será INPC + 5,45% (cinco vírgula quarenta e cinco por cento) ao ano. O INPC é o índice de correção inflacionária sugerido pelo atuário por ser o índice de correção salarial negociado por associações/sindicatos. 5,45% (cinco vírgula quarenta e cinco por cento) justifica-se com base no último cálculo atuarial, que demonstrou que o passivo do Instituto tem duração de 23,16 (vinte e três vírgula dezesseis) anos, e a portaria nº 12.233, de 14 de maio de 2020, que divulgou a taxa parâmetro a ser utilizada pelos RPPSs em dois mil e vinte e um segundo suas avaliações atuariais. Demonstração da Portaria e do anexo da portaria. A Alocação objetivo proposta tem fundamento no estudo de ALM (Asset Liability Management) do IPREF, que foi apresentado em vinte e dois de outubro de dois mil e vinte. Para a escolha do Adm/Gestor de Recursos, a Instituição é obrigada a instituir auditoria e comitê de riscos, o Ipref verifica isso no processo de credenciamento. Para a escolha do fundo de investimentos é levado em consideração o parecer favorável da consultoria de investimentos quando for a primeira aplicação. **Sr. Milton:** realizada a apresentação, alguma dúvida ou questionamento. **Sr. André:** fiquei feliz com um ano bem atípico, Pandemia. Muita gente quebrou e nós só estamos com zero ponto dezanove por cento negativo nos investimentos. Vejo esse negativo como uma forma positiva. Temos uma gordura de anos anteriores. Tenho uma leitura que com os transpostos a partir de julho de dois mil e dezanove, houve um incremento muito maior de recursos. Não se essa gordura de dois ano e meio para tras com um nicho menor, ainda representa essa gordura. Temos um percentual para dois mil e dezanove que nós teríamos uma meta atuarial de dez vírgula setenta e oito por cento e atingiu catorze. Houve um incremento de rentabilidade maior de três vírgula vinte e dois por cento. **Sra. Verônica:** preciso fazer uma consulta e verificar com base no cálculo atuarial desse ano para ver se ainda continua na meta. **Sra. Alessandra:** temos que levar em conta que essa política vai ser baseada no cálculo atuarial de dois mil e dezanove. O cálculo de dois mil e dezanove já tinha previsão dos celetistas virarem transpostos. Na previsão nós temos a gordurinha que a Verônica falou considerando o ano de dois mil e dezanove. Quando fizer o cálculo com a base de dois mil e vinte vou ter a noção de vamos precisar ou não de alteração da

cota. Por isso fazemos o cálculo todos os anos. Havendo a necessidade de ajustar alguma coisa vamos ter que sentar e conversar para ver como resolver. Mas considerando o estudo de transposição, que esse cálculo já foi feito com os transpostos, entendo que ainda temos a gordura sim. **Sr. André:** após a leitura da política vejo que ela está bem pé no chão, contida até pelo momento que o mundo está vivendo. Vejo bem positiva esta política de investimento. **Sr. Juliano:** Ontem foi encaminhado a Política. Hoje a Veronica fez vários esclarecimentos. Acho o cinco ponto quarenta e cinco muito distante da realidade atual está nos oferecendo. Os produtos de investimentos disponíveis na Renda Fixa, o máximo que o IPCA com previsão para dois mil e trinta e cinco a dois mil e quarenta e cinco está projetando é de quatro virgula treze por cento. Diante disso estou achando meio distante essa meta, IPCA mais cinco ponto quarenta e cinco, sendo que os produtos atuais estão pagando menos. Gostaria de saber se o comitê tem alguma alternativa a essa situação. **Sra. Veronica:** nossa carteira prevê que nossos investimentos fiquem em pelo menos setenta por cento em renda fixa, mas não é só renda fixa tem a parte que fica na variável de trinta por cento e dez por cento pode ser aplicada no exterior, o que ajuda bastante a conseguir a rentabilidade da carteira. Você foge da volatilidade do mercado brasileiro com dez por cento que você aplica no exterior. Ajuda muito, quando a renda fixa cai o exterior ajuda muito. Quando a renda fixa cai a Bolsa também cai. A renda que está no exterior com a volatilidade do mercado de câmbio ela sobe. Então segura a nossa meta. **Sra. Alessandra:** Juliano, a ação depende muito da normativa que nos obriga a determinados parâmetros para investimento. **Sra. Verônica:** se quisermos diminuir a nossa meta seria necessária aumentar as contribuições previdenciárias, da Prefeitura, a patronal. **Sr. Milton:** algo que não seria viável nesse momento, pois, ensejaria principalmente no aumento das contribuições dos empregados, que foram reajustadas recentemente por força da legislação federal. **Sr. Juliano:** quando você um slide do gráfico, no final de setembro há uma queda em relação a curva normal, e ai se a gente não acompanhar como estão as acomodações, essa queda tende a se acentuar. Apesar ter dado rendimentos acima da meta, a gente tem que ter essa visão de tentar corrigir e voltar a situação de curva, só que normal. Hoje não Brasil não temos produtos de renda fixa que conseguem atingir essa meta de cinco ponto quarenta e cinco. **Sra. Alessandra:** é uma preocupação que nós temos que ter e ir cuidando no ano que vem. **Sr. Milton:** e o Comitê vem fazendo esse monitoramento. **Sra. Alessandra:** onde hoje está dando para atingir a meta é no exterior. Quando fizemos o estudos de ARM, vimos que Jundiá já investe muito no exterior. Vamos ter que diversificar a carteira. **Sr. Henrique:** entendi o que o Juliano colocou. A meta esta muito alta e se você considerar que setenta por cento está, como ele falou, em quatro virgula treze, você vai ter que tirar a diferença nos outros trinta por cento. Essa questão do exterior é só dez por cento. Qual é o prazo mesmo para entregar essa Política de Investimento. **Sra. Verônica:** é trinta e um do doze. **Sr. Henrique:** então, não é importante que você tenha o estudo atuarial primeiro antes de apresentar essa política. **Sra. Alessandra:** o estudo atuarial só sai em meados de março

do ano que vem. Nós temos a base de trinta e um dezembro para fazer o estudo de dois mil e vinte. Sr, **Henrique:** os anos anteriores foram feitos dessa forma também. Sra.**Alessandra:** Sim. O estudo atuarial é feito sempre depois. O Ano termina e são compilados os dados. Eu tenho até trinta de dezembro para apresentar a Política de Investimentos. As vezes o prazo para entrega do cálculo atuarial sofre algumas alterações e ele é modificado. A base é trinta e um dezembro de dois ml e vinte. E eu tenho que apresentar a política até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. Sra **Verônica:** a taxa parâmetro é determinada pela lei da previdência. Caso queira abaixar essa taxa temos que manter o equilíbrio. Teremos que aumentar a contribuição patronal. Caso queira abaixar a taxa parâmetro tem que aumentar a contribuição patronal. Sr. **Henrique:** concordo que a taxa parâmetro é determinada pela Previdência, mas o estudo atuarial que vai ver quanto anos você pega. Vinte e três virgula dezesseis é determinado pelo estudo atuarial. Não está atualizado pela conjuntura do que passamos este ano. Eu acho a taxa de cinco ponto quarenta e cinco inatingível. Sr. **Milton: em votação: Não aprova:** Henrique e Juliano. **Aprova:** André, Marilene, Marcio, Ricardo, Daniela, Luiz Carlos, Patricia, Dicson e Paula. Com nove votos favoráveis fica aprovada a Política de Investimentos apresentada. **Sr. Juliano:** meu voto foi em virtude de acreditar que com os produtos atuais será impossível atingir a meta. Sr. **Luiz Carlos:** eu desde os anos anteriores sempre achei que as metas determinadas pela Secretaria da Previdência era extremamente alta para o que ocorre no mercado nacional. Porém temos que ter claro que ela pode ser revista a qualquer momento. Após o mês de março podemos estar revendo a meta se tivermos dados novos e que possibilitem uma análise diferente do que está sendo proposto. Não vejo problemas de estar aprovando e fazer revisões posteriores. Sr. **Marcio:** muito legal a preocupação. Nós tivemos uma apresentação da LDB e ao final da apresentação pude verificar que estávamos exatamente dentro do que a nossa consultoria de investimentos vislumbram como o equilíbrio que a gente tem que ter. Temos que ter em mente que o momento que vivemos. Tivemos a quebra da bolsa de Nova York em vinte e nove, e há previsão que a de hoje pode ser pior que aquela. Para quem acompanha o mercado financeiro, a Bolsa de Valores, o momento é totalmente atípico. Uma taxa Selic de dois por cento, o que você vai conseguir em renda fixa não vai dar. Quero parabenizar a Verônica, ela está fazendo um trabalho maravilhoso. As apresentações tem sido eficientes. Quero tranquilizar todos vocês que estamos dentro daquilo que a nossa Consultoria que é especializada na área vê o que é de melhor para nós neste momento. Gostaria de lembra-los que nossas reuniões são abertas e estender o convite para vocês. O Conselho e o IPREF são nossos. Como colocado pela Alessandra a Política de Investimentos nossa é engessada, temos que seguir parametrizações e determinações do Governo, não basta apenas nós quereremos aumentar a alíquota de investimentos, tem que ver se nós podemos. Essa é nossa briga, no bom sentido, no Comitê de Investimentos. É saber aquilo que é possível fazermos, se estamos no limite ou vamos ultrapassar. Não adianta ter o dinheiro e querer investir, mas ultrapassar o

limite. Nós vamos ser penalizados. Fiquem tranquilos que apesar do momento ser caótico para investimentos, tudo aquilo que tem sido feito hoje no IPREF está dentro do que a Consultoria indicou. **Sr. Milton:** não havendo mais solicitações de justificativa, quero agradecer a servidora Verônica pela excelente apresentação e didática. Deixou bem claro todas as ações que serão desenvolvidas na Política de Investimentos de dois e vinte um.

Item 6: Eleição para Secretário (a), Vice-Presidente e Presidente do Conselho Administrativo - 2020/2021. **Sr. Milton:** Foi constituído grupo composto pela Conselheira Paula e Conselheiros Henrique e Wonderson. Eles apresentaram uma proposta de minuta. Todos receberam a minuta e fica aberto para manifestações. **Sr. Henrique:** foram feitas duas alterações no regimento e só tive acesso a uma. A Alteração foi só no Artigo primeiro, artigo segundo muda inteiro de acordo com a redação da nova lei. o artigo três, o quatro onde foi incluído o quatro A, quatro B e quatro C que é referente a composição. Na atribuição colocamos apenas um inciso sobre o Vice Presidente que foi incluído pela Lei. E no funcionamento que teve uma alteração. O resto foi mantido. Alteramos na realidade só quatro artigos. Mudou a competência, a composição e o Vice Presidente que foi criado pela nova Lei. **Sr. Luiz Carlos:** com relação ao número de faltas. Tínhamos três faltas consecutivas e cinco alternadas, verificamos nessa minuta que estabelece três faltas, sem constar consecutivas ou alternadas. Qual seria o critério? **Sr. Henrique:** não houve alteração nisso. Como eu falei, eu peguei o regimento antigo. Não recebi o novo com atualização. Eu não tinha o texto e não incluí. **Sr. Luiz Carlos:** entendo. Mas no que foi encaminhado foi citado três faltas. Acredito que deva ser no formato já utilizado que é de cinco alternadas e três consecutivas. O que inclusive acarretou com a exclusão do Conselheiro Amilcar. Outro ponto, com relação as faltas, teríamos que prever também as faltas dentro das quarenta e oito horas anteriores a Assembleia e que tenham como justificativa problemas de saúde devidamente atestadas possam ser abonadas. **Sr. Milton:** o Luiz está falando das faltas e impedimentos. Está propondo que voltemos ao formato já utilizado de três consecutivas ou cinco alternadas e no mesmo artigo seja incluído que problemas de saúde sejam abonadas e justificadas as faltas, mesmo que a justificativa seja entregue dentro das quarenta e oito horas anteriores. Colocado em votação, aprovada a alteração do número de faltas por unanimidade. Com relação a falta por motivo de Saúde quando devidamente justificada por atestado médico. **Sr. Henrique:** Sugestão. Tira o inciso um do parágrafo primeiro, coloca no parágrafo segundo. **Sr. Milton:** Excelente. Ai renumera os dois incisos, o dois e o três, que passam a ser um e dois e colocamos no parágrafo segundo. Colocado em votação aprovado por unanimidade. **Sr. Luiz Carlos:** devido a Pandemia temos as assembleias no formato novo, virtual, aprovado até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. Isso ficou consolidado na proposta. É um formato novo e que se mostrou eficaz. Seria importante que a partir de janeiro de dois mil e vinte e um fique a critério do Presidente do Conselho escolher a melhor forma de realizar as Assembleias, se presencial ou virtual. **Sr. Milton:** está no artigo quinze, isso já não atende. **Sr. Luiz Carlos:** Milton lê até o final. **Sr.**

Henrique: é só mudar a resolução Luiz. Não precisa alterar nada. **Sr. Milton:** a partir que você traz a resolução você atende. **Sr. Henrique:** ela tem validade **Sr. Milton.** Quando você traz NR para o texto novo ele altera. **Henrique:** a Resolução tem validade. Você muda a resolução e tira a validade. **Sr. Luiz Carlos:** no artigo trinta podemos incluir “revogam-se as disposições em contrário, em especial o artigo segundo da Resolução 001/2019”, ou traz a resolução para o corpo dessa minuta. **Sr. Milton:** colocado em votação fica aprovada a alteração do parágrafo terceiro do artigo quinze e a inclusão no artigo trinta com relação a revogação. Tenho uma proposta de alteração no artigo dezenove que fala das votações, inciso quatro. Cabe ao Presidente o voto de minerva. Neste formato o Presidente não pode votar em ninguém dos postulantes. Se vocês concordarem teríamos que abrir uma exceção apenas para a mesa diretora. Ficaria dessa forma: excetuando-se a eleição do corpo diretivo onde o voto do presidente terá peso dois. Exemplo: concorrem a Patrícia o Beires e o Lameirão. Houve um empate entre a Patrícia e o Beires, só que o Presidente quer votar no Henrique, torna-se uma forma muito maior. **Sr. Lameirão:** Esse voto que colocamos aqui é para as questões a serem analisadas. Não para esta questão da eleição. **Sr. Luiz Carlos:** no inciso quatro, eu entendo que numa votação, como temos um colégio de doze conselheiros nós temos que captar os doze votos, O Presidente votaria nos pleitos, e no caso de empate em votos, o Presidente teria o voto de minerva. **Sra. Paula:** também tinha entendido assim. **Sr. Luiz Carlos:** até porque se temos onze votantes nunca haverá empate. **Sr. Milton:** entendi as colocações. Em votações normais só teremos duas propostas, e o Presidente não votando teremos onze conselheiros, nunca teremos empate. O empate somente na exceção da exceção. A minha preocupação é com a mesa diretiva, da impossibilidade de votação. **Sr. Luiz Carlos:** entendo que se tivermos os doze conselheiros votando, no caso de empate, teríamos o voto de qualidade ou de minerva do Presidente. Ele ter apenas um voto de minerva numa composição de onze membros anteriores, nós nunca vamos ter um empate, a não ser que tenham abstenções. Nós tínhamos isso no conselho anterior que era composto de onze membros. Eu entendo que não existe voto de minerva num conselho de doze membros, teríamos que ter o voto de qualidade do Presidente com peso dois. **Sr. Milton:** seria apenas para a mesa diretiva. **Sr. Luiz Carlos:** ainda não está claro para mim. **Sra. Paula:** Não havia pensado nesse voto de qualidade. Agora fiquei pensativa. **Sr. Milton:** há um dispositivo dentro do Regimento específico para a eleição. **Sr. Henrique:** Não. Isso “Elegerão entre si”. Podemos criar este dispositivo. **Sr. Milton;** surgiu um impasse. Estudaríamos mais a matéria e faríamos uma Assembleia Extraordinária no próximo dia vinte e cinco de novembro, mesmo que o Sr. Secretário não consiga redigir a minuta da presente ata. Aprovado por unanimidade. **Sra. Alessandra:** gostaria de informar que o Hospital AC Camargo teve seu contrato renovado e passa a dar atendimento a partir de amanhã. **Sr. Luiz Carlos:** gostaria de parabenizar a Alessandra por esta notícia. Sabemos o quanto foi difícil esta conquista para continuar prestando um serviço de qualidade para os segurados. Parabéns a você e a todos que

contribuíram pra mais está boa notícia. Sabemos o quanto é difícil negociar com o AC Camargo. Parabéns. Sr. **Milton**: solicito que todos deem essa informação aos seus colegas. Quando a notícia não é boa facilmente se espalha, temos que dar mais ênfase e divulgar as coisas boas que são conquistadas. Nada mais tendo sido colocado, o Sr. Presidente do Conselho dá por encerrada a assembleia às dez horas e trinta e cinco minutos, para constar, eu _____, Luiz Carlos da Rocha Gonçalves, 1º Secretário, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes.

MILTON AUGUSTO DIOTTI JOSE Presidente	
LUIZ CARLOS DA ROCHA GONÇALVES 1º Secretário	
DICSON BARBOSA GALIPI	
DANIELA BRITO GOMES	
HENRIQUE LAMEIRÃO CINTRA	
JOSÉ ANDRÉ DE MORAIS FILHO	
JULIANO LINO MACHADO	
MÁRCIO RODOLFO DE OLIVEIRA ALVES	
MARILENE APARECIDA CADINA	
PAULA KOBAYASHI INOUE TOMITA	
PATRICIA PAULINO DO CARMO	
RICARDO BEIRES	

SUPLENTES

CLAUDIA MARIA RODRIGUES	
ANDREIA APARECIDA CISCOTO BITENCOURT	

IPREF	
ALESSANDRA DOS SANTOS MILAGRE SEMENSATO – Presidente do IPREF	
CRISTIANO AUGUSTO DE OLIVEIRA LEÃO – Contador Autárquico	
VERÔNICA SOARES GERALDI Comitê de Investimentos	